



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
SETOR DE LICITAÇÃO
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

Processo nº 63/2025

Modalidade: Dispensa de Licitação

Interessado: Secretaria de Administração, e outros

Objeto: Aquisição de extintores.

PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO. LEI Nº 14.133/2021.

DO RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de processo administrativo, através de solicitação feita pela Secretaria de Administração de Lagoa de Velhos, para aquisição e recargas de extintores, para atender as diversas Secretarias.

Após a instrução processual da fase preparatória, vieram os autos a esta Assessoria para análise e parecer.

É o breve relatório.

DO MÉRITO

A Lei de Licitações dispõe sobre a contratação direta, nos moldes previstos no art. 75, inciso II, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Tais valores foram atualizados pelo Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024¹, que a licitação será dispensável quando a aquisição envolva valores inferiores a **R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**.

Em sendo assim, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa para celebração do contrato, através de procedimento simplificado.

Inicialmente, da instrução processual, recomenda-se sejam observados os requisitos apontados pela Lei nº 14.133/2021², necessários ao procedimento de contratação direta.

¹ Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

² Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
SETOR DE LICITAÇÃO
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

Da análise dos autos, observa-se a respectiva abertura com DFD expedido pela Secretaria solicitante, Termo de Referência, pesquisa mercadológica, informação de disponibilidade orçamentária e autorização da autoridade competente.

Quanto à justificativa, é o que se observa do Termo de Referência:

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação se faz necessária em virtude da obrigatoriedade legal e normativa quanto à prevenção e combate a incêndios, bem como à segurança patrimonial e à integridade física de colaboradores, usuários e visitantes das instalações da instituição. O atendimento a tais requisitos é exigido por legislações específicas, como o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico, além das normas técnicas NBR 12962, NBR 12693, NBR 15808 e NBR 15809, que estabelecem os critérios para fabricação, instalação, manutenção e recarga dos extintores.

Ainda quanto ao procedimento, em se tratando à contratação direta por dispensa de licitação, recomenda-se o atendimento ao Decreto Municipal nº 03/2024 que assim prevê:

Art. 21. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, serão **preferencialmente** precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. Na impossibilidade do atendimento do caput, desde que devidamente justificada, poderá ser feita pesquisa direta, com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, podendo ser realizada a contratação da proposta economicamente mais vantajosa.

Frise-se que tal procedimento não é obrigatório, em que pese ser de uso preferencial e exigir motivação para o seu afastamento.

Ressalte-se, ainda, que a lei determina que deve ser selecionada a proposta mais vantajosa sendo, no mínimo, desarrazoado proibir a respectiva contratação direta, conforme as justificativas apontadas.

Da análise dos autos, em que pese a **realização de Cotação de Preços**, restou ausente a justificativa quanto ao não **atendimento ao Decreto Municipal**, através da **publicação dos Avisos de Recebimento de Propostas**, que dispõe do interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o fim de selecionar aquela mais vantajosa, ou a respectiva justificativa para a não adoção desse procedimento, pelo que se RECOMENDA.

Observou-se, ainda, a pesquisa através de banco de preços, para a verificação de que os valores apresentados estão compatíveis com os de mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
SETOR DE LICITAÇÃO
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

RECOMENDA-SE, na oportunidade, **observar se o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora ou se o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza**, sendo aqueles considerados do mesmo ramo de atividade, não atingiu os limites dispostos para a dispensa de licitação.

Quanto à escolha do fornecedor, RECOMENDA-SE a sua justificativa, além da verificação das **condições de habilitação** da empresa a ser contratada.

Quanto ao instrumento contratual, RECOMENDA-SE, no que couber, a verificação dos itens constantes do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à publicidade, RECOMENDA-SE a publicação do ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, mantido à disposição, em endereço eletrônico oficial, nos termos do Parágrafo único³, do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

Com relação à formalização do procedimento administrativo, RECOMENDA-SE que sejam colhidas todas as assinaturas, porventura faltantes, antes da respectiva ratificação e publicação.

CONCLUSÃO

Diante das considerações apontadas e do enquadramento em hipótese de Dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, considerando que as recomendações aqui constantes os requisitos processuais foram atendidos quanto à sua instrução, manifesta esta Assessoria Jurídica pelo regular prosseguimento do feito.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

Lagoa de Velhos/RN, 10 de junho de 2025.


Monalisa Cavalcante Barra
Assessora Jurídica

³ Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial